



## **GT04 - Ciberpolítica, ciberativismo e cibercultura**

**Título:** Quilombolas do Pará: uso de redes sociais *online* e práticas políticas nas lutas por reconhecimento

**Autora:** Janine de Kássia Rocha Bargas

## Introdução

Este *paper* compreende um esforço inicial de pesquisa<sup>1</sup> na qual se pretende a feitura de uma análise empírica sobre as práticas comunicacionais do movimento social quilombola do Pará, especificamente das comunidades remanescentes de quilombo<sup>2</sup> do município de Salvaterra, na Ilha do Marajó, presentes em sua organização sociopolítica. Em termos específicos, buscamos compreender de que forma a apropriação de práticas comunicacionais próprias das redes sociais no ambiente da internet se relaciona com as práticas políticas do movimento quilombola em suas lutas por reconhecimento.

Imersos, de forma geral, em situações de conflitos, tais comunidades quilombolas têm empreendido, especialmente a partir de 1988, um intenso processo de fortalecimento de suas ações políticas em um percurso histórico marcado por processos de expropriação iniciados ainda no período da escravidão e que se estendem até os dias atuais.

Tomamos como ponto de partida a experiência de pesquisa empreendida ao longo do Mestrado em Ciências Sociais (2011-2013), na Universidade Federal do Pará (UFPA), na qual investigamos a organização política dessas comunidades quilombolas e o processo de adensamento de suas lutas a partir da relação estabelecida com pesquisadores e outros agentes sociais. A partir dessa experiência, estabelecemos relações com os integrantes das comunidades que figuram como lideranças políticas locais, regionais e nacionais do movimento quilombola, e passamos a atuar, desde abril de 2013, a pedido da Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (MALUNGU), na Assessoria de Comunicação da entidade. Simultaneamente, demos continuidade à investigação científica sobre as os grupos quilombolas, produzindo artigos e participando de encontros no âmbito do projeto *Desafios do Reconhecimento a Comunidades Quilombolas: atores, relações e conflitos na Ilha Do Marajó (PA)* (CNPq).

---

<sup>1</sup> Desenvolvido no âmbito do doutorado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM), na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

<sup>2</sup>“Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2003).

Assim, pudemos observar, especialmente na Região do Marajó, a articulação do movimento social quilombola, acompanhando reuniões entre as associações das comunidades, entre jovens, encontros informais e assembleias, processos de organização e mobilização das ações coletivas. Estivemos, também, em reuniões das lideranças com o Ministério Público Federal (MPF) no Pará, com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) da Presidência da República, com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), com candidatos à Prefeitura Municipal de Salvaterra, no período das últimas eleições municipais, e outros.

Nessas ocasiões, não raras vezes, a necessidade de práticas comunicacionais – compreendidas, aqui, como ações racionais voltadas ao estabelecimento da comunicação, mediadas ou não por aparatos tecnológicos –, como o fortalecimento da interlocução do movimento com os demais setores da sociedade, entre eles a mídia, e uma efetiva comunicação entre as comunidades como ferramenta fundamental para as mobilizações era enfatizada pelas lideranças do movimento, ao mesmo tempo em que as próprias práticas comunicacionais, como a utilização de redes sociais para promoção de encontros entre as lideranças, ganhava mais espaço.

A vida política desses grupos sociais começou a se modificar mais profundamente em termos político-jurídicos com a promulgação do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição de 1988<sup>3</sup>, com institucionalização da existência de “comunidades remanescentes de quilombos” na atualidade.

Além disso, o final do século XX e o início do XXI assistiram a um processo de difusão e intensificação de fluxos, primordialmente, pelo crescimento das redes das novas tecnologias de informação e comunicação, como a expansão da telefonia móvel e da internet, da qual as comunidades quilombolas de Salvaterra não escapam e da qual elas também fazem parte. Tais fenômenos também promoveram consideráveis transformações nas formas de organização e articulação das comunidades, que se constituem, hoje, entre outros fatores, por meio de redes sociais *online*. Neste sentido, analisamos, de forma preliminar, a partir das realidades empiricamente observadas nas

---

<sup>3</sup> O Artigo 68 da Constituição Federal brasileira de 1988 dispõe sobre o reconhecimento dos direitos territoriais das comunidades quilombolas: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, Art. 68 ADCT).

comunidades quilombolas de Salvaterra, qual o lugar das redes sociais *online* em suas lutas por reconhecimento e redistribuição.

Merece destaque, aqui, a concepção de política deste trabalho, que aponta para uma compreensão mais ampliada, transcendendo as lógicas das instituições para “ênfatizar que a distribuição de poder na sociedade é uma dimensão do social que permeia todo o campo possível da sociedade” (CARPENTIER, 2012, p. 164). No cenário das lutas por direitos, esse trabalho está inscrito em um conjunto de esforços analíticos que partem de uma certa “verdade”: a de que práticas democráticas estão immanentemente relacionadas a “modos e meios de comunicação” (GOMES, 2008; WILHELM, 2000; WOLTON, 2004; 2006).

Na base deste trabalho, situamos a temática dos grupos marajoaras em estudos já consolidados sobre comunidades quilombolas no Brasil e na Amazônia (ALMEIDA, 2008, 2010a; ACEVEDO, 2009; LEITE 2010; CARDOSO, 2008), para compreender o “projeto político quilombola”, os conflitos em que estão imersos e as estratégias de tentativa de flexibilização de seus direitos. Apropriamo-nos, também, das ideias de autores da Teoria do Reconhecimento, como Charles Taylor (2000), Axel Honneth (2003), de acordo com a sua “gramática moral dos conflitos sociais” para compreendermos as lutas políticas das comunidades quilombola, e de Nancy Fraser (2006; 2010), nas suas ideias sobre injustiça, redistribuição e reconhecimento a partir da participação política dos grupos sociais em esferas de discussão. Para compreendermos o lugar do movimento social quilombola paraense no cenário da era global, temos Denis de Moraes (2006; 2001), Pierre Lévy (1997), Ilse Scherer-Warren (2006), Maria da Glória Gohn (2013), Sérgio Costa (1997), além dos estudos sobre como as práticas comunicacionais podem proporcionar condições de exercício da política, presentes em Rousiley Maia (2006).

Na primeira seção, procuramos traçar um panorama sobre a organização política dos quilombolas relacionando-a à perspectiva da Teoria do reconhecimento. Na segunda parte, apresentamos os usos que os interlocutores deste estudo fazem da internet, tomando um ganho para a terceira seção, onde fazemos a relação desses usos com um plano político mais geral e a constituição das redes de atuação.

## **1. A organização política das comunidades quilombolas marajoaras e as lutas por reconhecimento**

O município de Salvaterra, na Ilha do Marajó<sup>4</sup>, abriga 15 comunidades quilombolas<sup>5</sup>, cada uma com sua história particular, mas interligada à história dos negros trazidos como escravos para a região do Marajó. No período colonial, as comunidades quilombolas de Salvaterra se desenvolveram a partir das fugas, das terras doadas pelos senhores ou adquiridas por herança (SALLES, 2004; PEREIRA, 1944), contra as formas de subordinação próprias do regime de trabalho escravo e todas as formas de desrespeito nele embutidas. (ACEVEDO, 2009, p. 214).

Diante da exploração a que foram submetidos, a construção de territórios “livres” foi a forma encontrada para garantir sua reprodução física e social, pois se configuravam como os únicos recantos onde seus integrantes puderam manter práticas próprias de suas formas de existência, como o uso comum dos recursos naturais, a manutenção de uma ordem jurídica própria (CARDOSO, 2008; ALMEIDA, 1989; SHIRAIISHI NETO, 2009), os laços de solidariedade e parentesco e outros traços específicos. Já na sociedade pós-escravista, passaram a se constituir as “terras de preto”, tais como agrupamentos com processo produtivo próprio (LEITE, 2000).

Por seus desígnios peculiares, o acesso à terra para o exercício das atividades produtivas, se dá não apenas através das tradicionais estruturas intermediárias da família, dos grupos de parentesco, do povoado ou da aldeia, mas também por um certo grau de coesão e solidariedade obtido face a antagonistas e em situações de extrema adversidade, que reforçam politicamente a rede de relações sociais (ALMEIDA, 1989, p. 164).

Nesse momento histórico, as principais limitações territoriais das comunidades quilombolas de Salvaterra intensificaram-se com a compra de benfeitorias, com o crescimento dos domínios com uso de documentos forjados, já que somente 25,8% das terras estão registradas – segundo o Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó – com a destruição de residências e roças, com ameaças e a construção de cercas, justificada pela criação do gado (ACEVEDO, 2009). Atualmente, a negociação entre as famílias quilombolas e os fazendeiros da região dá-se, muitas vezes,

---

<sup>4</sup> A Ilha do Marajó é a maior de todo o arquipélago de mesmo nome, o maior arquipélago flúvio-marítimo do mundo. Pertencente ao estado do Pará, localiza-se na foz da Bacia Amazônica, sofrendo influências do Oceano Atlântico. Nesse território de quase 104.606,9 quilômetros quadrados existem 16 municípios, entre os quais Salvaterra figura como um polo comercial e turístico, com cerca de 20 mil habitantes. Deste número, 62% reside na zona rural. (IBGE, 2011). Do ponto de vista histórico, com geografia favorável à criação de gado, o Marajó recebeu, ainda à época da colonização, a pecuária, tanto para suprir demandas econômicas, quanto para ocupar e dominar a região. Congregações religiosas, como os carmelitas, jesuítas e franciscanos, e os donos de sesmarias ocuparam o território. A mão-de-obra negra escravizada foi a responsável por sustentar a vida econômica local (SALLES, 2004).

<sup>5</sup> São elas: Bacabal, Bairro Alto, Boa Vista, Pau Furado, Vila União, Salvá, Campina, Caldeirão, Mangueiras, Providência, Deus Ajude, São Benedito, Paixão, Siricari e Rosário.

mediante a troca entre o cultivo num pequeno pedaço de terra e a abertura de pastos e outros serviços manuais, e essa relação tende a desaparecer com o crescimento da produção dos fazendeiros.

A atividade pesqueira e o consumo do açaí<sup>6</sup> pelas populações quilombolas também têm sido impactados pela atuação de fazendeiros, que arrendam<sup>7</sup> áreas que dizem lhes pertencer para empresários ou pequenos comerciantes, que visam principalmente à extração do açaí, abundante nas várzeas da região, para a exportação. Essas áreas são legalmente terras de marinha e tradicionalmente de uso comum dos quilombolas. Denúncias ao MPF e relatos informais já foram feitos destacando a contratação de homens para impedir a entrada de quilombolas para extração de açaí ou quaisquer atividades extrativistas nos lotes arrendados, e o represamento do pescado nos braços de rio e igarapés que margeiam as fazendas, o que tem dificultado sobremaneira a vida da população tradicional marajoara.

Em uma situação de conflito ainda mais iminente, novos sujeitos ligados à rizicultura chegaram ao Marajó oriundos da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, localizada no estado de Roraima, expropriados pelo Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento da Petição (PET) 3.388, em 2009. Tal situação na região ocorre pelo baixo preço da terra e pelo ambiente favorável à rizicultura e à produção bovina. Há, ainda, incentivos públicos do Governo do Pará à produção do arroz, como a construção de um porto para escoamento da produção, anunciada em dezembro de 2012. Nesse quadro, a relação entre os grandes proprietários de fazendas e o governo é antiga, e caracteriza grande parte dos empreendimentos feitos para o desenvolvimento da Amazônia desde a década de 1970 (LOUREIRO; PINTO, 2005).

Nesse contexto adverso, situações de ameaças de morte a lideranças quilombolas e até mesmo o caso do assassinato de uma liderança do município vizinho de Cachoeira do Arari (ocorrida no primeiro dia do III Encontro Estadual dos Quilombolas de 2013) são relacionadas pelos quilombolas aos conflitos territoriais com fazendeiros.

---

<sup>6</sup> Peixe e açaí são, juntamente com a farinha de mandioca, as principais fontes de alimentação dos quilombolas. Há um consumo diário desses alimentos, assim como atividades extrativistas e pesqueiras mantidas pelas próprias comunidades para sua subsistência.

<sup>7</sup> Arrendar, aqui, significa uma espécie de aluguel de um pedaço de terra da fazenda, onde o inquilino pode usufruir dos recursos dessa amostra territorial, como um proprietário, pagando ao fazendeiro arrendador com dinheiro ou parte dos recursos extraídos do local.

Levando em consideração que, para se reproduzir social e fisicamente as comunidades quilombolas necessitam manter suas formas próprias de vida nas quais o território aparece como fator preponderante, pois é **a partir** dele e **com ele** que se estabelecem regras comunitárias, como a designação das unidades domésticas, as roças, a pesca e a caça, a coleta do açaí, ou seja, como estamos falando aqui de “territórios etnicamente configurados” (ACEVEDO, 2009, p. 209), as limitações à liberdade de uso e posse do território no Marajó nos parece central à análise sobre a constituição da vida sociopolítica desses grupos sociais.

Numa constante pressão das elites locais, aliada ao atual avanço do capital e do agronegócio sobre as terras marajoaras, que Almeida (2010a) caracteriza como uma tentativa de desterritorialização<sup>8</sup>, resta aos quilombolas organizarem-se politicamente (ALMEIDA, 2010a).

Nesse sentido, o processo de organização política, que antes da Constituição de 1988, estava diluída na pauta do movimento camponês como um todo, começou a se intensificar com a divulgação em âmbito nacional das comunidades negras rurais, organizadas em termos de comunidades remanescentes de quilombos, de acordo com o Artigo 68 do ADCT. Hoje, todas as 15 comunidades quilombolas de Salvaterra têm a sua representação formal em associações, requisito fundamental para pleitear a titulação definitiva do território, conforme o Decreto 4887/2003. É por meio das associações que, nos últimos anos, as comunidades quilombolas reivindicam seu reconhecimento legal, que compreende não somente sua existência enquanto grupo social, mas, também, a delimitação de suas terras tradicionalmente ocupadas (LEITE, 2000). Ou seja, se afirmar juridicamente, por meio da associação, como quilombola não quer fazer apenas relação a um passado de escravidão, ao qual os sujeitos se referem para justificar suas demandas e necessidades; faz também referência à manutenção de práticas específicas, a sobrevivência de uma cultura específica (TAYLOR, 2000).

As diversas situações de expropriação se configuraram, então, como abalos morais que atingem a autorrelação prática dos sujeitos (HONNETH, 2003) e configuraram os seus sentimento de (in)justiça. No plano coletivo, o impulso à ação política, ou a luta por reconhecimento das comunidades quilombolas marajoaras

---

<sup>8</sup> “Consideramos desterritorialização o conjunto de medidas adotadas pelos interesses empresariais, vinculados aos agronegócios, para incorporar novas terras aos seus empreendimentos econômicos, sobretudo na região amazônica” (ALMEIDA, 2010b, p. 116).

encontrou suporte em um conteúdo político em seu entorno, constituído pela existência de normas legais que os contemplam em suas especificidades e pela interlocução com Organizações Não-Governamentais, entidades de defesa de grupos negros e pesquisadores e intelectuais.

A luta por reconhecimento, isto é, a interpretação socialmente construída de que houve situações de desrespeito, organizada na forma de uma ação política, não é tão somente uma luta que visa “para depois”, numa perspectiva futura, o reconhecimento. “O engajamento nas ações políticas possui para os envolvidos também a função direta de arrancá-los da situação paralisante do rebaixamento passivamente tolerado e de lhes proporcionar, por conseguinte, uma autorrelação nova e positiva” (HONNET, 2003, p. 259). A condição de rebaixamento coloca-se, também, não somente no passado de escravidão que desonrou os antepassados, mas na atualidade da falta de políticas públicas voltadas à solução dos problemas das comunidades e na garantia de cumprimento de seus direitos.

Sem fortalecer uma falsa dicotomia entre reconhecimento e redistribuição, asseveramos, ainda, que o movimento quilombola marajoara caracteriza-se como um “tipo híbrido” ou “bivalente” (FRASER, 2006, p. 233) de coletividade, que demanda, indissociavelmente, o reconhecimento no plano simbólico, cultural, étnico e a redistribuição – para usar os termos de Nancy Fraser – no plano material, diante das injustiças a que são submetidos: a injustiça econômica, que se encontra no plano econômico-político da sociedade<sup>9</sup>.

Seus exemplos incluem a exploração (ser expropriado do fruto do próprio trabalho em benefício de outros); a marginalização econômica (ser obrigado a um trabalho indesejável e mal pago, como também não ter acesso a um trabalho remunerado); e a privação (não ter acesso a um padrão de vida adequado) (FRASER, 2006, p. 232).

E a injustiça no plano cultural e simbólico, que se assenta nas formas de representação, interpretação e comunicação, tendo como exemplos

---

<sup>9</sup> A luta pela igualdade, que pautou por um século e meio as reivindicações sociais foi dando lugar à luta pelo reconhecimento das diferenças, típica dos “novos” movimentos sociais (FABRINO, 2009). No plano teórico, uma falsa contradição foi criada entre as formas pelas quais a justiça poderia acontecer: ou só pelo reconhecimento ou só pela redistribuição (BRESSIANI, 2011; PINTO, 2008). Nesse sentido, acreditamos que, no caso das comunidades quilombolas, o melhor das duas perspectivas deva ser extraído, ponderando, assim, a sua compatibilidade, ou seja, necessidade de pensar a realização da justiça para esses grupos sociais a partir da indissociabilidade e da complementariedade entre reconhecimento e redistribuição (HONNETH, 2003; FRASER, 2001; FRASER; HONNETH, 2003).



a dominação cultural (ser submetido a padrões de interpretação e comunicação associados a outra cultura, alheios e/ou hostis à sua própria); o ocultamento (ternar-se invisível por meio das práticas comunicativas, interpretativas e representacionais autorizadas da própria cultura); e o desrespeito (ser difamado ou desqualificado rotineiramente nas representações culturais públicas estereotipadas e/ou nas interações da vida cotidiana) (FRASER, 2006, p. 232).

A partir desse espectro conceitual inferimos que as injustiças econômicas devam ser suprimidas com soluções voltadas à eliminação das diferenças entre as coletividades, colocando-as no mesmo plano de acesso às políticas econômicas por meio da redistribuição; já a injustiça cultural pede soluções que tendem a marcar as diferenças da coletividade mudando os padrões valorativos sobre ela, o que se centra no reconhecimento. Diante desse desafio, parece-nos importante atentar para as reações políticas dos quilombolas marajoaras.

Nessa intensificação da organização e da ação política, observamos um processo de atualização de suas lutas, que se dá de acordo com as épocas pelas quais perpassa. Práticas comunicacionais têm sido apropriadas pelos quilombolas como aspectos relevantes à sua organização política, à sua luta por reconhecimento. É a tomada do que chamamos, a princípio, de uma consciência comunicacional, que consiste no entendimento de que as possibilidades ofertadas pela comunicação – seja ela em níveis intersubjetivos, seja ela mediada por aparatos tecnológicos – podem ser utilizadas como estratégias políticas em suas lutas por reconhecimento.

Parece-nos, ainda, em uma imersão ainda mais profunda, que essas possibilidades podem se configurar, em si mesmas, como luta por reconhecimento e redistribuição. Essa última perspectiva só é possível na medida em que consideramos que o reconhecimento depende, entre outros fatores, de uma compreensão do “outro” sobre o “eu” (TAYLOR, 2000) buscada, por exemplo, na representação do cotidiano amplamente expresso nas redes sociais *online*.

## **2. Os usos da internet**

Para ilustrar de modo mais específico como as comunidades quilombolas de Salvaterra têm empreendido os usos das tecnologias de informação e comunicação, especialmente, da internet, apresento alguns exemplos que servem de substrato de

pesquisa e sobre os quais ainda preciso, posteriormente, mapear suas possibilidades e limitações.

O primeiro deles é a Assessoria de Comunicação da Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (MALUNGU)<sup>10</sup>, entidade representativa do movimento quilombola estadual, na qual lideranças comunitárias de Salvaterra têm participação em sua coordenação executiva e na coordenação de regional (Região do Salgado).

A MALUNGU já possuiu à época de sua criação um site institucional, no qual era possível acessar diversos relatórios dos gestores e coordenadores regionais, divulgar as ações e eventos, assistir e baixar vídeos editados pela equipe da entidade e conferir notícias nas quais os quilombolas eram pautas. Depois de um ano com o site fora do ar, a MALUNGU criou um blog (<http://malungupara.wordpress.com/>), seguindo as mesmas características do site e, além disso, mantém um perfil pessoal e uma página no Facebook.

Para além da organização institucional da MALUNGU e das associações comunitárias, os quilombolas enquanto cidadãos individuais puderam, com a difusão da telefonia móvel, dos *smartphones*, e da internet móvel criar e manter perfis pessoais em redes sociais *online* e, especialmente, no Facebook. Nesse ambiente *online* os quilombolas expõem não apenas o seu cotidiano pessoal, mas o seu envolvimento em ações de articulação e mobilização políticas, incluindo mensagens de autoafirmação e de luta por direitos.

Os grupos também são ferramentas do Facebook que servem como aglutinadores tanto dos próprios quilombolas, quanto de ativistas de suas causas. Exemplos de grupos são: *Jovens Abayomis - Comunidades Remanescentes de Quilombos de Salvaterra*, *Jogos Quilombolas de Salvaterra*, *Quilombolas na UFPA*, *Comunidade Remanescente Quilombola de Bairro Alto*, *Cursinho Quilombola*, *Quilombolas UFPA Palmares*, *Comunidade de Remanescentes de Quilombos de Santa Luzia*, *Projeto Ijé Ofé*, entre outros.

---

<sup>10</sup> A MALUNGU foi oficialmente fundada em março de 2004, como uma organização sem fins lucrativos e econômicos para representar as comunidades quilombolas do Pará. Sua organização baseia-se Coordenação executiva e em cinco Coordenações Regionais: Baixo Amazonas, Guajarina, Nordeste Paraense, Salgado e Tocantina. Cada comunidade quilombola filiada à MALUNGU é representada por lideranças locais que fazem a articulação entre as demandas das comunidades e as frentes de ação política da entidade.

Em outro patamar de maior abrangência do movimento, observamos a movimentação de outras páginas e perfis, como o da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) e o grupo *Juventude Quilombola*, que reúne integrantes de comunidades de várias regiões do país e militantes.

Dentro dessas possibilidades comunicativas, aponto dois aspectos que considero intimamente ligados às ações políticas quilombolas e que despontam em primeiro plano: o primeiro deles diz respeito a uma certa construção de enunciados, que apontam para a existência de sujeitos diferenciados socialmente e que reivindicam a garantia de seus direitos já assinalados nas normativas jurídicas; um segundo aspecto refere-se à mobilização e à construção de novas redes de atuação, mais próximas de um ciberativismo e da construção de capital social (PUTNAM, 1995).

Essa aposta dos quilombolas na comunicação coaduna com a de outros movimentos espalhados pelo mundo, pela capacidade que as redes têm de desempenhar um papel estratégico, na medida em que possibilitam a organização, a articulação, a informação e a “atribuição de poder” (*empowerment*) (SCHERER-WARREN, 2006). Abrem, então, a possibilidade de pensar as redes sociais como formas “de expressão e sociabilização através de ferramentas de comunicação mediada por computador (CMC) (RECUERO, 2014).

Um componente a ser levado em consideração é o uso das redes sociais online para a realização de encontros, reuniões ou mesmo grandes eventos. As possibilidades de se atrelar a um grupo e a sua participação nele, possibilita aos quilombolas uma certa facilidade de mobilização para ações políticas e tomadas de decisão presenciais. A facilidade de conexão favorece o encontro entre os comunitários na medida em que suas comunidades estão a quilômetros de distância. Por meio dos grupos, os quilombolas definem pautas e horários dos encontros, divulgam mensagens motivacionais ao engajamento nas ações, cobram participação e reverberam os fatos após uma determinada ação. Ainda por meio dos grupos, assuntos de interesse são colocados em circulação.

A participação dos jovens na ação política, por exemplo, tem sido avaliada pelas lideranças como crescente, na medida em que novas formas de conexão online são utilizadas.

Depois de muito tentarmos mobilizar os jovens para um grande encontro na comunidade de Bacabal, daquela forma tradicional, ligando, indo nas casas, de boca-a-boca, conseguimos, pelo *Face[book]* que mais de 80 jovens

participassem. Foi quando criamos o grupo que ganhamos mais adesões (liderança da comunidade de Pau Furado, entrevista em mar. 2014).

Ao acionar as redes sociais no ambiente *online*, os quilombolas procedem também ao que autores como Recuero (2014), Lemos (2013) e Sibilía (2003) chamam de “construção e expressão da identidade” (RECUERO, 2014, p. 26). Na internet, a identidade quilombola como uma categoria política, sobre a qual as ações e estratégias estão fundamentalmente atreladas no ambiente presencial, ganha outros componentes, revelando-se uma categoria heterogênea. Neste caso, o sujeito “quilombola” passa a ser fragmentado e deslocado a outros aspectos identitários, como os de “jovens”, “mulheres”, “estudantes universitários” etc.

O “imperativo da visibilidade” (SIBILIA, 2003), por meio de “representações performativas de si mesmos” (RECUERO, 2014) ganha maior importância aqui, na medida em que é preciso que o quilombola seja visto para estar presente e manter, com essa presença, os laços e outras redes. Essa visibilidade vem, também, em contraposição à invisibilidade histórica a que esses sujeitos foram submetidos.

### **3. A articulação em rede e o plano político**

Os grupos quilombolas do Marajó vêm, então, crescentemente, lançando mão de um aparato comunicacional, seja para representar-se como quilombolas, para publicizar seus argumentos de luta, ou para difundirem suas ações políticas como ações que podem regenerá-los moralmente, como sujeitos de direitos. Denis de Moraes (2001) nos ajuda a perceber que esta postura dos quilombolas insere-se na “descoberta” que os movimentos sociais de um forma geral fizeram, a partir dos anos 1990, do ciberespaço (LÉVY, 1997):

O que se busca é promover a disseminação de ideias e o máximo de intercâmbios. Poder interagir com quem quer apoiar, criticar, sugerir ou contestar. Como também driblar o monopólio de divulgação, permitindo que forças contra-hegemônicas se expressem com desenvoltura, enquanto atores sociais empenhados em alcançar a plenitude da cidadania e a justiça social. (MORAES, 2001, p. 144).

Essa aposta dos quilombolas nas redes sociais no ciberespaço coaduna com a aposta de outros movimentos espalhados no mundo, pela capacidade que as redes no ciberespaço têm de desempenhar um papel estratégico, na medida em que possibilitam a

organização, a articulação, a informação e a “atribuição de poder” (*empowerment*) (SCHERER-WARREN, 2006).

Nesse sentido, tais práticas comunicacionais acionadas nas lutas por reconhecimento das comunidades quilombolas constituem-se como um dos fatores que distingue as lutas passadas das atuais e que pode nos apontar, por meio da complexa teia de relações desses grupos sociais, caminhos para compreender o lugar da comunicação na ação política de movimentos sociais contemporâneos. Hoje, a ação política das comunidades quilombolas reside na existência das redes sociais, entendidas aqui, como “ações coletivas a partir da interação em rede” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 216), nas quais a intencionalidade política se coloca como o cerne de nossa análise.

Compreendemos o movimento social quilombola, em termos mais específicos, como uma rede de movimento social (SCHERER-WARREN, 2006) que deriva, dentre outros fatores, de redes primárias, aquelas circunscritas no cotidiano próximo em termos espaciais, e de redes politicamente construídas – inclusive, no ambiente da internet. Trata-se de um processo dialógico:

1) de identificações sociais, éticas, culturais e/ou político-ideológicas, isto é, formam a *identidade* do movimento; 2) de intercâmbios, negociações, definição de campos de conflito e de resistências aos adversários e aos mecanismos de discriminação, dominação ou exclusão sistêmica (...). (SCHERER-WARREN, 2006, p. 216).

Na sociedade da informação ou sociedade midiaticizada (MORAES, 2006), as redes sociais passaram a se constituir, de forma complementar e sinérgica, no ciberespaço. Não se trata de uma oposição entre o concreto e o virtual, mas de uma confluência das potencialidades que cada um oferece, cujo somatório de possibilidades (sejam elas políticas, ideológicas, informacionais etc.) não poderia ser alcançado por nenhum de forma isolada (MORAES, 2001).

Pensar as redes sociais na contemporaneidade significa, portanto, considerar um cenário em que a temporalidade (tradicional e moderno), a espacialidade (local e global, virtual e presencial) e a sociabilidade (individual e coletivo, público e privado) se relacionam de forma dialógica e não dicotômica (SCHERER-WARREN, 2006, p. 217), conjuntura esta propiciada pela comunicação em tempo real, que encontra na internet sua grande expressividade atual. Trata-se de um momento de “revitalização das identidades” e de “revolução das técnicas” (MARTÍN-BARBERO, 2006, p. 54), dentro do qual

procuraremos desvendar seus desdobramentos nas realidades dos quilombolas marajoaras.

A dimensão cognitiva dessas redes horizontalizadas também merece atenção para entendermos, por dentro, as propostas de transformação do movimento social, que aponta para uma direção onde a fundamentalização, a centralização, o essencialismo e a separação entre teoria e prática (característicos da modernidade) (SCHERER-WARREN, 2006) dão lugar à difusão de novos códigos culturais (identidade quilombola, por exemplo), a descentralização das possibilidades de transformação, que a deslocam das classes para os movimentos articulados de forma não-hierarquizada, para a valorização das diferenças em que os diferentes possam ser inteligíveis e dialogarem, e para o engajamento.

Dessa forma, o fenômeno da comunicação *online* apropriada pelo movimento social quilombola de Salvaterra está no plano político, como prática situada em uma ação política, demarcando a real contribuição da comunicação ao exercício político e, também, as limitações e ambiguidades (SANTOS, 1996) com as quais se defronta. Objetivamente, investigaremos como apropriação das redes sociais *online* contribuem na luta por reconhecimento e redistribuição dos movimentos sociais quilombolas do município de Salvaterra, Ilha do Marajó, Pará.

Aqui fica claro, como afirma Carpentier (2012), que as possibilidades de participação política estão intimamente relacionadas com o poder. Nesse sentido, as oportunidades e as formas de participação dos quilombolas de Salvaterra na vida política estão relacionados em grande medida a uma sub-cidadania desses sujeitos. Apontamos uma dualidade no que concerne, por exemplo, à participação política dos quilombolas: no ambiente presencial a representação por meio das associações é marcadamente a principal forma de atuação, especialmente porque está atrelada a instâncias jurídicas pelas quais, necessariamente, os quilombolas precisam passar para reivindicarem seus direitos nos termos da lei. No ambiente *online*, a ação política volta-se para uma “performance” individual, na qual outras “reivindicações” são empreendidas, para além daquelas institucionalizadas pela legislação e estratégias diferenciais de organização são formuladas e realizadas.

A partir do que Maia (2007) apresenta como formas possíveis de uso da internet pelos atores da sociedade civil, desenvolvemos alguns apontamentos sobre o caso específico das comunidades quilombolas marajoaras relacionando-os a esses usos.

Segundo as reflexões de Maia (2007), uma das formas de uso é a constituição simbólica do que são os próprios sujeitos, seus valores, interesses, traços identitários, que por meio de uma atualização e na relação com outros atores formulam e reformulam suas ações.

Pensemos, nesse caso, na construção de enunciados de si ou “narrativas do eu” (LEMOS, 2013) no Facebook. A esse respeito muito se relaciona a luta política dos quilombolas. As tentativas de flexibilização de seus direitos, que vão desde o cercamento de suas comunidades a Ações Diretas de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, perpassam por alegações de que “quilombola” não existe na atualidade, sendo um sujeito relacionado diretamente ao passado de resistência no Brasil da colônia e do império.

Na contraposição desses argumentos, os quilombolas empreendem com suas próprias representações, textuais ou imagéticas, enunciados que mostram suas formas específicas de existência, relacionando-as ao seu direito garantido por lei. Aqui, a intenção é muito mais ampliar as formas de auto-representação do que interferir nas tomadas de decisão.

Uma segunda possibilidade de uso da internet para fins políticos seria a formação de uma arena pública de debates que se constituiria em relação a outros grupos, visando a um aprimoramento argumentativo para discussões políticas.

Neste ponto, a realidade política dos quilombolas apenas tangencia “atividades reflexivas e democráticas para testar ideias, imaginar novas ações e propor soluções alternativas para seus problemas” (LYCARIÃO, SAMPAIO, 2010, p. 102). Embora os grupos no Facebook sirvam por vezes de fóruns, a troca argumentativa, seja entre quilombolas ou na interação com outros grupos sociais, ainda é incipiente. Em um momento recente, com a criação de novos grupos, páginas de órgãos e instituições ativistas ou representativas, um debate aos moldes deliberativos tende a aumentar.

Na terceira forma de uso da internet, a saber “ativismo político, embates institucionais e partilha de poder” (MAIA, 2007, p. 112), a autora revela três nuances de participação política: uma primeira (o ativismo) e a segunda (embates institucionais) estão muito próxima do que autores como Denis de Moraes (2001; 2006) e Ilse Scherer-Warren (2006) apontam como mobilização social, voltada a ações como ciber-protestos, gerrilha de e-mails, entre outras ações; a terceira está ligada diretamente a um “letramento” sobre parâmetros institucionais, idiomas burocráticos entre outros aspectos

que objetivam uma instrumentalização necessária ao acompanhamento de políticas públicas, por exemplo.

As comunidades quilombolas lançam-se nessas três nuances de formas distintas. Num nível institucional, representado pela MALUNGU e pelas associações quilombolas, o ciberativismo é mais notório, por meio da difusão expansiva de documentos, cartas-compromisso, cartas-protesto e outros materiais por e-mails, blog ou mesmo pelas páginas no Facebook. Aqui, as ações visam não somente a adesão de novos militantes de suas causas, como atingir e sensibilizar as instâncias de tomadas de decisão políticas que lhes dizem respeito.

A quarta e última possibilidade de uso da internet apontada por Maia está ligada a ações de fiscalização e prestação de contas. Neste caso, ferramentas de controle e *accountability* são criadas, gerenciadas com o intento de “aprimorar o sistema de democracia representativa, aumentando o fluxo de informações provenientes do governo, tornando as autoridades mais responsivas”, (MAIA, 2007, p. 124).

Neste último aspecto, não há uma participação direta dos quilombolas enquanto sujeitos coletivos ou individuais. Nota-se, nesse caso, que esse tipo de ação ocorre por meio de representações *off-line*, como o acompanhamento de processos por assessores jurídicos, bem como pelos presidentes de associações.

### **Considerações finais**

Estudar comunidades quilombolas significa analisar grupos sociais que estiveram por séculos associados a marcos temporais pretéritos sendo, por isso, muitas vezes, interpretados como uma categoria social ultrapassada, obsoleta. Fato que logrou aos que se assumem como quilombola um lugar marginal na história e na política brasileiras, ainda distantes das instâncias de tomada de decisão e do debate público. Assim, os grupos quilombolas do Marajó vêm, crescentemente, lançando mão de um aparato comunicacional, seja para representar-se como quilombolas, para publicizar seus argumentos de luta, ou para difundirem suas ações políticas.

No caso das comunidades quilombolas de Salvaterra, existe a privação de um bem que é necessário tanto à sua reprodução física e social, que incluem seus aspectos materiais e simbólicos: o território, além de outras já salientadas por Fraser, que



requerem análises posteriores. Assim, as iniquidades que se colocam como barreiras ao domínio legal do território acarretam sobre esses grupos sociais – num primeiro plano de análise – a injustiça econômica.

A partir dessas compreensões asseveramos que a emergência de identidades coletivas estruturadas em movimentos sociais na Amazônia colocou em cheque a visão de que uma reforma de classes poderia garantir reconhecimento e justiça aos grupos sociais subalternos, que foram assim colocados por serem alvos de relações políticas e culturais excludentes (Santos, 2000). Isto porque as demandas atuais desses grupos extrapolam a noção de classe, transcendendo suas lutas para os planos da etnicidade, do gênero, do território e, portanto, para o plano do reconhecimento, tal como postulado, também, por Honneth (2003). Segundo Fraser (2006), as lutas por reconhecimento são as formas mais marcantes de conflitos sociais em evidência no mundo especialmente partir do final do século XX.

Se levamos em consideração que as comunidades quilombolas do município de Salvaterra sofreram por séculos distintas formas de desrespeito, centradas tanto no plano subjetivo, quanto no plano coletivo enquanto grupo étnico com a ausência de reconhecimento, e que sofreram também pela marginalização material, no que são privadas da garantia do direito à terra, como elemento principal da posse definitiva do que essas comunidades concebem como território, tem-se aqui uma urgência em se pensar como suplantar ambas as injustiças, na medida em que o reconhecimento e a redistribuição devam estar imanentemente ligados, “pois é somente integrando reconhecimento e redistribuição que chegaremos a um quadro conceitual adequado às demandas de nossa era” (FRASER, 2006, pp. 231-232). Para Fraser, portanto, políticas redistributivas aliadas a políticas de reconhecimento são aquelas que tendem a preencher a lacuna provocada pelas mais distintas formas de desrespeito e de injustiça.

No caso do plano simbólico, então, atentar para as injustiças provenientes da sub-representação política significa considerar que elas têm sido uma das formas de marginalização das comunidades quilombolas. A sub-representação na arena política, que marcou por muito tempo as ações de povos e comunidades tradicionais da Amazônia foi sendo remediada pelos quilombolas marajoaras por meio da intensificação de sua organização política centrada especialmente nas associações quilombolas, por meio das quais foi possível acionar distintas demandas, inclusive o próprio mapeamento feito junto ao PNCSA.

Operando pela linguagem, fica nítida nessa apropriação uma dimensão performativa (BUTLER, 1997), que produz efeitos de sentido por meio da repetição e da sedimentação de significados, especialmente com os usos das redes sociais *online*. Embora paradoxalmente esses efeitos não sejam controlados pelos sujeitos e que os sentidos produzidos levam consigo múltiplas vozes, todas as representações do “quilombola” visam a uma ressignificação de estéticas, nomes e formas de ser.

Falar de agência neste caso de estudo é falar de formas de articulação, mobilização de estratégias, atores sociais, recursos materiais e discursivos. Fugindo das formas de representação paternalista, os sujeitos quilombolas, munidos de sua presença nos “entrelugares” do capitalismo e das estruturas sociais por ele construídas, tentam construir possibilidades de fala. Essa construção perpassa por uma certa estetização do seu cotidiano, onde ganham destaque as representações físicas e estéticas dos grupos quilombolas, mensagens de auto-afirmação, mobilizações para eventos e encontros, publicização de precariedades infraestruturais etc., apontando para uma renegociação de sentidos e categorias.

Nos termos da participação, a internet complementa as ações políticas presenciais dos sujeitos quilombolas. Se no mundo presencial as associações têm papel elementar, os cidadãos quilombolas ordinários podem exercer a política e promover ações coletivas por meio das ferramentas da internet.

Essa complementariedade se confirma, também, na medida em que não é no ambiente *online* que as principais decisões sobre os rumos políticos da coletividade são tomadas e que as ações políticas individuais nas redes sociais da internet não substituem o papel das associações na reivindicação por direitos, como a titulação territorial.

Isso denota o caráter híbrido (BORGES, LESSA e BRANDÃO, 2013) cada vez mais presente na vida política da sociedade civil, que se utiliza de ferramentas *online* e *offline* para interagir com a sociedade.

Ao mesmo tempo, as ações políticas promovidas no contexto de uma sociedade midiaticizada dentro da qual as narrativas que circulam pelas redes sociais *online* constroem novas configurações significativas, geram possibilidades de atingir um nível dialógico mais amplo, negociando espaços e discursos com estruturas e grupos hegemônicos.

Persiste neste estudo a ideia de que a internet não vem resolver os problemas históricos da participação política dos quilombolas, isto é, “não promove,

automaticamente, a participação política e nem sustenta a democracia” (MAIA, 2011, p. 69). Por esta relação de complementariedade, caberia pensar como suas utilidades políticas podem ser potencializadas e suas iniquidades superadas.

## Referências

ACEVEDO, Rosa. Quilombolas na Ilha de Marajó: território e organização política. In: GODOI, Emília de; MENEZES, Marilda de; MARIN, Rosa Acevedo. (Orgs.) *Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades*, v. 1. São Paulo: editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e desenvolvimento Rural, 2009.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio. Uso comum e conflito. In: *Na trilha dos grandes projetos. Modernização e conflito na Amazônia*. CASTRO, Edna; HÉBETTE, Jean (Orgs.). Belém: NAEA/UFPA, 1989.

\_\_\_\_\_. *Terras de Quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. – 2ª Ed, Manaus: PGSCA – UFAM, 2008.

\_\_\_\_\_. Conhecimentos Tradicionais. Uma nova agenda de temas e problemas. Conflitos entre o poder das normas e a força das mobilizações pelos direitos territoriais. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Orgs)... [et al]. *Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Conhecimentos tradicionais e territórios na Pan-Amazônia*. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. UEA Edições, 2010a.

\_\_\_\_\_. Agroestratégias e desterritorialização. Direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: *Capitalismo Globalizado e recursos territoriais*. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (Orgs)... [et al]. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010b.

ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evely; Escobar, Arturo(Org.) *Cultures of Politics/politics of Cultures. Revisioning Latin American Social Movements*, Westview Press, 1998.

AMARAL, Adriana. *Autonetnografia e inserção online: o papel do pesquisador-insider nas práticas comunicacionais*. Revista Fronteiras – estudos midiáticos. 11(1): 14-24, janeiro/abril 2009. Disponível em <http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/5037>.

BORGES, Jussara; LESSA, Bruna; BRANDÃO, Gleise. Apropriação da internet na atuação política de organizações da sociedade civil de Salvador. *Redes.com*, v. 8, p.107-129, 2013.

BRASIL. Decreto presidencial nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

BUTLER, Judith. *Lenguaje, poder e identidade*. Director. Jorge Aléman. Traducción y prólogo: Javier Sáez y Beatriz Preciado. Madrid: Editora Síntesis, 1997.

CARPENTIER, Nico. *The concept of participation. If they have access and interact, do they really participate?* Revista Fronteiras–estudos midiáticos, v.14, n.2, p.164-177, 2012.

CARDOSO, Luís Fernando Cardoso. *A Constituição Local: direito e território quilombola na Comunidade de Bairro Alto, na Ilha de Marajó – Pará*. Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ilka Boaventura Leite Florianópolis: PPGAS/UFSC, 2008. Tese de Doutorado.

DICKS, B.; MASON, B. 1998. Hypermedia e ethnography: reflection on the construction of a research approach. *Sociological Research Online*. Disponível em <http://www.socresonline.org.uk/3/3/3.html>.

FRASER, Nancy. *Da Redistribuição ao reconhecimento*. Cadernos de Campo, São Paulo, n. 14/15, pp. 231-239, 2006.

\_\_\_\_\_. *Repensando o reconhecimento*. Enfoques, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, agosto de 2010.

FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange*. London: verso. 2003.

GOMES, Wilson. Internet e participação política. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley. *Comunicação e democracia*. Problemas e perspectivas. – São Paulo: Paulus, 2008.

\_\_\_\_\_. Participação Política Online: Questões e hipóteses de trabalho. In: MAIA, R. C. M.; GOMES, W.; MARQUES, F. P. J. A. *Internet e Participação política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

HINE, C. (ed.), *Virtual Methods*. New York, Berg, p. 93-106.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento*. A gramática moral dos conflitos sociais. Tradução Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

LEITE, Ilka Boaventura. *Humanidades insurgentes*. Conflitos e criminalização dos quilombos. In: Cadernos de debates nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Orgs.) [et al]. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1997.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky; PINTO, Jax Nildo Aragão. *A Questão Fundiária na Amazônia*. *Estudos Avançados* 19 (54), 2005.

MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola (Orgs.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MAIA, Rousiley. Mídia e deliberação: atores críticos e o uso público da razão. In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola (Orgs.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

\_\_\_\_\_. Internet e esfera civil: limites e alcances da participação política. In: MAIA, R. C. M.; GOMES, W.; MARQUES, F. P. J. A. *Internet e Participação política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MARTÍN-BARBERO. Jesús. Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. In: MORAES, Denis de. (Org.). *Sociedade Mediatizada*. – Rio de Janeiro: Mauad: 2006.

MORAES, Denis de. *O ativismo digital*. 2001. Disponível em <http://www.eco.ufrj.br/semiosfera>.

\_\_\_\_\_. Apresentação. In: MORAES, Denis de. (Org.). *Sociedade Mediatizada*. – Rio de Janeiro: Mauad: 2006.

PEREIRA, Manoel Nunes. *Negros Escravos na Amazônia*. In: Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia, 1944.

RECUERO, Raquel. *Redes sociais na internet*. – Porto Alegre: Sulina: 2014. 2ª ed.

SALLES, Vicente. *O negro na formação da sociedade paraense*. Textos Reunidos. Belém: Paka-Tatu, 2004.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes sociais na sociedade da informação. In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola (Orgs.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

SHIRAISHI NETO, Joaquim. *Redefinições em torno da propriedade privada na Amazônia*. Ecologismo e produtivismo no tempo do mercado. AGRÁRIA, São Paulo, nos 10/11, pp. 3-19, 2009.

SIBILIA, Paula. *Os diários íntimos na internet e a crise da interioridade psicológica do sujeito*. Grupo de Tecnologias Informacionais da Comunicação e Sociedade, XII Congresso da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação – COMPÓS, Niteroi/RJ, 2003.

STRANGELOVE, M. 2007. Virtual video ethnography: Towards a new field of Internet cultural studies, Revista Interin, 3. Disponível em: [http://www.utp.br/interin/artigos/art\\_livre\\_01\\_strangelove.pdf](http://www.utp.br/interin/artigos/art_livre_01_strangelove.pdf)

TAYLOR, Charles. A Política de Reconhecimento. In: *Argumentos Filosóficos*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

WILHELM, A. G. *Democracy in the digital age: challenges to political life in cyberspace*. Nova Iorque: Routledge, 2000.

WOLTON, Dominique. *Internet, e depois?* São Paulo: Sulina, 2004.

\_\_\_\_\_. *É preciso salvar a comunicação*. Casal de Cambra: Caleidoscópio. 2006